

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE

REVOGADA PELA PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 261/2025 PRESI/GAPRES

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 163/2025 PRESI/GAPRES

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno deste Tribunal e,

CONSIDERANDO os termos da Resolução CNJ n.º 582, de 20 de setembro de 2024, que institui o Fórum Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ e o Formulário de Registro de Ocorrência Geral de Emergência e Risco Iminente às Pessoas LGBTQIA+ (Formulário Rogéria), no âmbito do Poder Judiciário:

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas concretas para a implementação das diretrizes estabelecidas pela referida Resolução no âmbito deste Regional;

CONSIDERANDO o teor do Despacho n.º 0784135/2025 PRESI/CPEAMAS-2G, que sugere a constituição de comissão específica para tratar das ações decorrentes da Resolução CNJ n.º 582/2024:

CONSIDERANDO, ainda, as indicações constantes no Despacho n.º 0784594/2025 DG, quanto à composição da referida Comissão, detalhadas no Processo SEI n.º 0002889-10.2024.6.01.8000.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir Comissão Especial com a finalidade de estudar, planejar, propor e acompanhar a implementação das ações decorrentes da Resolução CNJ n.º 582/2024, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Acre.

Art. 2º Designar as servidoras Agatha Pontes Silva Galgani e Karina Freitas Dotto Gondim, e o servidor Igor Guerra Gomes Rangel, para, sob a coordenação da primeira, compor a Comissão Especial que trata o art. 1º desta portaria.

Art. 3º Compete à Comissão:

I — propor medidas e ações voltadas à promoção dos direitos das pessoas LGBTQIA+
 no

âmbito do TRE-AC:

- II coordenar os esforços para a implementação do Formulário Rogéria, nos moldes definidos pela Resolução CNJ nº 582/2024;
- III articular com as unidades internas do Tribunal as providências necessárias ao cumprimento das diretrizes da referida Resolução;
- IV acompanhar e relatar à Presidência os avanços, dificuldades e necessidades identificadas durante a execução dos trabalhos.

Art. 4º A Comissão poderá convidar colaboradores, magistrados, representantes de órgãos públicos e da sociedade civil com notório conhecimento sobre a temática para participar das discussões, sem direito a voto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se com as cautelas necessárias.

Desembargador JÚNIOR ALBERTO Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Acre

Rio Branco, 02 de agosto de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **JÚNIOR ALBERTO RIBEIRO, PRESIDENTE**, em 04/08/2025, às 17:32, conforme art. 1°, § 2°, III, "b", da Lei 11.419/2006.





A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ac.jus.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0795696** e o código CRC **04120622**.

0002889-10.2024.6.01.8000 0795696v3